DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

1 ° TRIMESTRE DE 2024

Rio de Janeiro
31 de março 2024

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

epe Empresa de Pesquisa Energética
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Balanço Patrimonial
(em milhares de reais)

	Notas	31/03/2024	31/12/2023
ATIVO			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	42.549	33.538
Impostos a Recuperar	6	2.782	3.614
Adiantamentos Concedidos	7	1.021	750
Despesas Antecipadas	8	4.587	2.178
Outros Créditos		91	-
		51.030	**40.080**
Não Circulante			
Impostos a Recuperar	6	184	180
Depósitos Judiciais	9	5.672	5.600
Imobilizado	10	5.774	5.515
Direito de uso	11	17.028	17.709
Intangível	12	2.350	2.676
		31.008	**31.680**
TOTAL DO ATIVO		**82.038**	**71.760**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	13	3.047	883
Obrigações Tributárias	14	2.663	2.881
Obrigações Trabalhistas e Sociais	15	16.971	15.302
Obrigações com a Cessão de Pessoal		27	30
Previdência Privada Complementar	17	749	698
Arrendamento	11	2.575	2.544
		26.032	**22.338**
Não Circulante			
Provisões para Contingências	16	11.053	11.016
Arrendamento	11	15.788	16.443
		26.841	**27.459**
Patrimônio Liquido			
Capital Social	18	31.019	31.019
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	19	1.122	439
Prejuízos Acumulados	20	(2.976)	(9.495)
		29.165	**21.963**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**82.038**	**71.760**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração do Resultado
(em milhares de reais)

	Notas	31/03/2024	31/03/2023 reapresentado
RECEITA LÍQUIDA		-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22		
Remunerações		(14.413)	(11.157)
Encargos Sociais		(4.189)	(3.194)
Benefícios		(2.340)	(1.457)
Serviços de Terceiros		(940)	(3.908)
Gerais de Funcionamento das Instalações		(631)	(582)
Gerais da Administração		(817)	(686)
Impostos, Taxas e Contribuições		(100)	(90)
		(23.430)	**(21.074)**
RESULTADO BRUTO		**(23.430)**	**(21.074)**
DESPESAS OPERACIONAIS	22		
Remunerações		(5.803)	(4.579)
Encargos Sociais		(1.563)	(1.278)
Benefícios		(1.044)	(562)
Materiais		(5)	(12)
Serviços de Terceiros		(1.567)	(935)
Impostos, Taxas e Contribuições		(913)	(225)
Gerais de Funcionamento das Instalações		(1.714)	(1.748)
Gerais da Administração		(583)	(769)
		(13.192)	**(10.108)**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
Recursos Recebidos do Tesouro Nacional	23	38.281	33.910
Reembolso de Custos e Despesas - Leilões ANEEL	24	6.851	1.924
Reversão de Provisões para Contingências		213	-
		45.345	**35.834**
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		**8.723**	**4.652**
Receitas Financeiras	25	354	181
Despesas Financeiras	25	(569)	(1.781)
		(215)	**(1.600)**
LUCRO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		**8.508**	**3.052**
IRPJ/CSLL correntes	26	(1.989)	(1.063)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**6.519**	**1.989**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração do Resultado Abrangente
(em milhares de reais)

	31/03/2024	31/03/2023 reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**6.519**	**1.989**
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**6.519**	**1.989**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido em
(em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022 (reapresentado)		**28.469**	**2.550**	**(6.737)**	**24.282**
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	18	-	16	-	16
Lucro do período	19	-	-	1.989	1.989
Saldos em 31/03/2023 (reapresentado)		**28.469**	**2.566**	**(4.748)**	**26.287**
Saldos em 31/12/2023		**31.019**	**439**	**(9.495)**	**21.963**
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	18	-	683	-	683
Lucro do período	19	-	-	6.519	6.519
Saldos em 31/03/2024		**31.019**	**1.122**	**(2.976)**	**29.165**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração dos Fluxos de Caixa
(em milhares de reais)

	31/03/2024	31/03/2023 reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	6.519	1.989
Ajuste de Reclassificação - Recebimento de Subvenções	(38.281)	(33.910)
Depreciação e Amortização	1.432	1.488
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	230	259
Adições/Atualizações/Reversões nas provisões para contingências	37	1.522
Atualização monetária tributos a compensar/Depósitos Judiciais	(100)	(135)
Variação nos saldos de ativos e passivos		
Adiantamentos concedidos	(271)	(289)
Despesas antecipadas	(2.409)	(1.542)
Depósitos judiciais	-	(53)
Impostos a recuperar	856	158
Outros ativos circulantes e não circulantes	(91)	-
Fornecedores	2.164	250
Obrigações tributárias	1.733	1.008
Obrigações trabalhistas e sociais	1.669	495
Previdência privada complementar	51	(7)
Obrigações com a Cessão de Pessoal	(3)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(26.464)**	**(28.767)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.951)	(903)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(28.415)**	**(29.670)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(684)	(46)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(684)**	**(46)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização arrendamento mercantil (CPC 06)	(854)	(829)
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	38.281	33.910
Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	683	16
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamentos	**38.110**	**33.097**
Variação caixa e equivalentes de caixa	**9.011**	**3.381**
No início do exercício	33.538	30.622
No fim do exercício	42.549	34.003
Variação caixa e equivalentes de caixa no final do período	**9.011**	**3.381**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração do Valor Adicionado em
(em milhares de reais)

	31/03/2024	31/03/2023 reapresentado
Receitas		
Subsídios Públicos	38.281	33.910
Outras Receitas	6.878	1.945
	45.159	**35.855**
Insumos		
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	4.357	6.772
	4.357	**6.772**
Valor Adicionado Bruto	**40.802**	**29.083**
Depreciação e Amortização	1.432	1.488
Valor Adicionado Líquido produzido	**39.370**	**27.595**
Valor Adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	354	181
Reversão de Custos e Despesas	209	-
	563	**181**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**39.933**	**27.776**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	20.662	16.129
Benefícios	3.384	2.019
FGTS	1.607	1.233
	25.653	**19.381**
Governos (Impostos, taxas e contribuições)		
Federais (inclui a contribuição previdenciária e sindical)	7.003	4.488
Estaduais (inclui IPVA)	20	18
Municipais	124	110
	7.147	**4.616**
Remuneração do capital de terceiros		
Juros, multas e atualizações monetárias	570	1.781
Alugueis	44	9
	614	**1.790**
Remuneração dos capitais próprios		
Lucro líquido do período	6.519	1.989
	6.519	**1.989**
Valor Adicionado Total Distribuído	**39.933**	**27.776**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME e constituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.184 de 16 de agosto de 2004.

A EPE tem como atividade principal prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Compete também a EPE:

- Elaborar e publicar o balanço energético nacional;
- Identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos;
- Dar suporte e participar das articulações relativas ao aproveitamento energético de rios compartilhados com países limítrofes;
- Obter a licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica selecionados.

O atual Estatuto Social da EPE foi aprovado na 15ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2023.

A partir da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA n° 11.647, de 24 de março de 2008, a EPE passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a Empresa, a partir de abril de 2008, passou a receber subsídios públicos para custeio e investimento de suas atividades comerciais.

De acordo com o art. 6º, § 2º, inciso I, do Estatuto Social da EPE c/c art. 8º, § 2º, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, a EPE deve, por dever de transparência, evidenciar nas demonstrações financeiras as obrigações ou responsabilidade assumidas em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. No entanto, em relação à EPE, é digno de registro que a justificativa que embasou sua criação está relacionada ao resgate da função estatal de planejamento do setor de energia. Para tanto, concebeu-se uma empresa cuja finalidade seria desenvolver estudos e pesquisas para subsidiar "a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da política energética nacional" (parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.847/2004).

A razão de existir da EPE está intrinsicamente relacionada às políticas públicas do setor de energia, das quais não pode necessariamente se afastar, sob pena de desvio do interesse público que justificou sua criação. Logo, em razão desta íntima relação com as políticas públicas do setor de energia, com a qual não concorre com qualquer outra empresa, é natural que o desempenho da atividade empresarial da EPE seja impactado, visto que orientado ao objetivo de subsidiar com estudos e pesquisas o Ministério de Minas e Energia no âmbito da política energética nacional. A atividade empresarial da EPE não é exercida em prol da maximização do retorno do investimento do acionista, que é a finalidade precípua das empresas privadas, mas sim pela eficiente realização das responsabilidades que lhe são atribuídas por lei e pelo Ministério de Minas e Energia. Em razão deste condicionamento das atividades empresariais, a EPE recebe da União os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

1.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A LOA de 2024 – Lei 14.822/24 - foi publicada no dia 22 de janeiro fixando as despesas da EPE para o exercício corrente. O montante total para as despesas obrigatórias é suficiente para as despesas previstas nesse ano, sendo necessário realização de ajuste entre os valores de algumas programações. Com relação às despesas discricionárias, o limite total estabelecido é inferior às necessidades, principalmente nas despesas de funcionamento e manutenção da empresa. As tratativas para reversão avançaram positivamente tendo sido aprovada na JEO - Junta de Execução Orçamentária a ampliação desses recursos no montante aproximado de R$ 18 milhões sem necessidade de compensação.

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Em 28 de março foi publicada alteração do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira – Decreto n. 11.969/2024 - tendo sido estabelecido Limite de Empenho da EPE igual ao valor estabelecido na LOA, ou seja, sem contingenciamento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade *Internacional Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

B) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da EPE é o real brasileiro (R$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma.

C) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), exige que a Companhia utilize julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados dos ativos e passivos, das receitas e despesas e divulgações. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

D) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

E) DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 10 de maio de 2024, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras intermediárias da EPE e autorizou sua divulgação.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da EPE relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme evidenciada nas referidas demonstrações financeiras e devem ser analisadas em conjunto.

Até o momento, não há mudanças nas normas e emendas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC com vigor a partir do exercício 2024, que possam impactar as demonstrações da companhia.

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

3.1. REAPRESENTAÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES

A Companhia está reapresentando a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado relativas a 31 de março de 2023, originalmente autorizadas em 16 de maio de 2023.

A reapresentação deve-se a reclassificações e equalizações de práticas contábeis aplicáveis às informações relativas aos períodos anteriores devido a aplicação da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) na contabilização dos arrendamentos.

Além disso, foram realizadas reclassificações na Demonstração do Resultado do Exercício para melhor apresentação da natureza das transações.

Tais mudanças foram aplicadas de maneira retrospectiva, de forma a ajustar o exercício de 31 de março de 2023, apresentado para fins de comparação com o exercício atual, como se estivesse correto na respectiva data, sendo os ajustes registrados em Lucros ou Prejuízos acumulados, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A adoção dessa norma não traz efeito fiscal no tocante ao IRPJ e CSLL porque a amortização do direito de uso e o encargo financeiro do AVP são neutralizado como adição na apuração do lucro real e a contraprestação (aluguel mensal), que apesar de não transitar por resultado, continua sendo uma despesa dedutível, logo considerada como exclusão da base de cálculo.

Os impactos estão demonstrados nos quadros abaixo.

a) Demonstração do resultado:

	31/03/2023 (Publicado)	Ajustes	31/03/2023 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	-	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Gerais de Funcionamento das Instalações	(1.169)	587	(582)
Outros Custos dos Serviços Prestados não Afetados	(20.492)	-	(20.492)
	(21.661)	**587**	**(21.074)**
RESULTADO BRUTO	**(21.661)**	**587**	**(21.074)**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais de Funcionamento das Instalações	(1.309)	(439)	(1.748)
Outras despesas Operacionais não Afetadas	(8.360)	-	(8.360)
	(9.669)	**(439)**	**(10.108)**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	**35.834**	**-**	**35.834**
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	**4.504**	**148**	**4.652**
Despesas Financeiras	(1.522)	(259)	(1.781)
Outras Receitas e Despesas Financeiras não Afetadas	181	-	181
	(1.341)	**(259)**	**(1.600)**
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	**3.163**	**(111)**	**3.052**
Despesas com Provisões de IRPJ e CSLL	(1.063)	-	(1.063)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**2.100**	**(111)**	**1.989**

b) Demonstração dos fluxos de caixa:

	31/03/2023 (Publicado)	Ajustes	31/03/2023 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período	2.100	(111)	1.989

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Depreciação e amortização	807	681	1.488
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	-	259	259
Outras atividades operacionais não afetadas	(32.523)	-	(32.523)
Variação nos saldos de ativos e passivos não afetados	(883)	-	(883)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(30.499)**	**829**	**(29.670)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos não afetados	(46)	-	(46)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(46)**	**-**	**(46)**
Amortização arrendamento	-	(829)	(829)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento não afetados	33.926	-	33.926
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamentos	**33.926**	**(829)**	**33.097**
Variação caixa e equivalentes de caixa	**3.381**	**-**	**3.381**
No início do período	**30.622**	**-**	**30.622**
No fim do período	**34.003**	**-**	**34.003**
Variação caixa e equivalentes de caixa no final do período	**3.381**	**-**	**3.381**

c) Demonstração do valor adicionado:

	31/03/2023 (Publicado)	Ajustes	31/03/2023 (Reapresentado)
Receitas	**35.855**	**-**	**35.855**
Insumos	**(6.772)**	**-**	**(6.772)**
Valor Adicionado Bruto	**29.083**	**-**	**29.083**
Depreciação e Amortização	(807)	(681)	(1.488)
Valor Adicionado Líquido produzido	**28.276**	**(681)**	**27.595**
Valor Adicionado recebido em transferência	**181**	**-**	**181**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**28.457**	**(681)**	**27.776**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	**19.381**	**-**	**19.381**
Governos (Impostos, taxas e contribuições)	**4.616**	**-**	**4.616**
Remuneração do capital de terceiros			
Juros e multas	1.522	259	1.781
Aluguéis	838	(829)	9
	2.360	**(570)**	**1.790**
Remuneração dos capitais próprios			
Resultado do período	2.100	(111)	1.989
	2.100	**(111)**	**1.989**
Valor Adicionado Total Distribuído	**28.457**	**(681)**	**27.776**

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, o que normalmente coincide com seu valor de aquisição, mais os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

Ativos Financeiros	**31/03/2024**	**31/12/2023**
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	42.549	33.538
	42.549	**33.538**
Passivos Financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	3.047	883
Arrendamentos	18.363	18.987
	21.410	**19.870**

Caixa e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O custo histórico reflete o valor justo de mensuração.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Empresa adota a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os recursos estão identificados por fontes e vinculações oriundas do Tesouro Nacional (a) e por fontes de origem próprias (b), destinam-se principalmente ao pagamento de fornecedores, pessoal próprio e pessoal cedido de outras empresas estatais e de órgãos públicos, encargos sociais e previdência privada, vencíveis no início do mês seguinte, em consonância com as Programações Financeiras enviadas ao MME.

Descrição	**31/03/2024**	**31/12/2023**
A - Recursos do Tesouro Nacional (Conta Limite de Saque)	7.584	5.012
B - Recursos Próprios	34.965	28.526
Total	**42.549**	**33.538**

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os créditos tributários a recuperar ou a compensar originaram-se de:

Descrição	**31/03/2024**	**31/12/2023**
COFINS a Recuperar	2	2
IRPJ Estimativa 2023	864	842
CSLL Estimativa 2023	344	335
IRPJ Estimativa 2022	128	751
CSLL Estimativa 2022	307	300
IRPJ Estimativa 2021	198	337
CSLL Estimativa 2021	-	129
IR a Compensar – pagamento a maior	24	23
CSLL a Compensar – pagamento a maior	155	152
COSIRF	2	2
IRRF a Restituir	4	4
IRRF a Compensar	933	912
ISS a Restituir	5	5
Total	**2.966**	**3.794**

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

O IRPJ e CSLL estimativa dos exercícios de 2023 e 2022 ficam mantidos no ativo circulante dada a natureza da conta e crédito. A Companhia solicitará a restituição por meio do programa “Perdcomp”.

Curto Prazo:

Descrição	31/03/2024	31/12/2023
COFINS a recuperar	2	2
IRPJ Estimativa 2023	864	842
CSLL Estimativa 2023	344	335
IRPJ Estimativa 2022	128	751
CSLL Estimativa 2022	307	300
IRRF a restituir	4	4
IRPJ Estimativa 2021	198	337
CSLL Estimativa 2021	-	129
COSIRF a restituir	2	2
IRRF a compensar	933	912
Total	**2.782**	**3.614**

Longo Prazo:

Descrição	31/03/2024	31/12/2023
IR a compensar – pagamento a maior	24	23
Contribuição social a compensar – pagamento a maior	155	152
ISS a restituir	5	5
Total	**184**	**180**

7. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	31/03/2024	31/12/2023
Adiantamento de Férias	300	750
Adiantamento de 13° Salários	721	-
Total	**1.021**	**750**

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Saldo residual de R$ 4.587 apropriados no curto prazo do exercício de 2024, refere-se às assinaturas, anuidades e contratos manutenção de softwares com vigência de 12 meses. Este valor será amortizado ao longo do exercício, de acordo com o princípio de competência.

Curto Prazo:

Descrição	31/03/2024	31/12/2023
Prêmio de seguros	135	185
Assinaturas e anuidades	351	528
Provedores de informação	721	151
IPTU a apropriar	379	-
Manutenção de software[1]	3.001	1.314
Totais	**4.587**	**2.178**

[1] Contempla o pagamento ao fornecedor Brasoftware Informática Ltda. no valor de R$ 1.833 em março referente a manutenção anual de softwares.

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	31/03/2024	31/12/2023
Tributários (i)	4.159	4.114
Trabalhistas (ii)	1.341	1.319
Cíveis (iii)	172	168
Total	**5.672**	**5.600**

(i) Em 14 de junho de 2010, após autorização da Diretoria Executiva da Empresa, realizou-se o depósito judicial, no valor de R$ 1.888 com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário discutido nos autos da ação anulatória de seguridade social nº. 0018936-44.2010.4.01.3400 em curso perante a 13ª Vara Federal de Brasília – DF. Tal depósito possibilitou a emissão da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros em nome da EPE, em 25 de junho de 2010. A partir de 2016, os valores passaram a ser atualizados pelo Índice de Correção IPCA-e.

(ii) Pagamentos de depósitos recursais e encargos processuais. Até outubro/2017 os valores foram atualizados pelo índice do FGTS – TR + 3% ao ano – e a partir desta data pelo índice da Poupança.

(iii) Refere-se ao pagamento de Depósito Judicial do Processo n. 0043616-49.2017.4.01.3400, referente à multa de rescisão contratual do imóvel de Brasília/DF. Valor atualizado pelo Índice de Correção IPCA-e.

10. IMOBILIZADO

O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e sua depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	31.03.2024 Líquido	31.12.2023 Líquido
Instalações	10%	2.400	(779)	1.621	1.681
Máquinas e equipamentos	10%	792	(741)	51	56
Equipamentos de informática	20%	12.400	(8.452)	3.948	3.613
Móveis e utensílios	10%	2.161	(2.007)	154	165
Total		**17.753**	**(11.979)**	**5.774**	**5.515**

A movimentação do período está demonstrada a seguir:

Descrição	31.12.2023 Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Baixa de Depreciação	31.03.2024 Líquido
Instalações	1.681	-	-	(60)	-	1.621
Máquinas e equipamentos	56	-	-	(5)	-	51
Equipamentos de informática	3.613	684	-	(350)	-	3.948
Móveis e utensílios	165	-	-	(10)	-	155
Total	**5.515**	**684**	**-**	**(425)**	**-**	**5.774**

11. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia analisou todos os contratos de aluguel de imóveis ativos, que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento. Para os arrendamentos mercantis em que a companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos a valor presente dos pagamentos mínimos dos contratos de locação, a taxa de desconto 5,00% a.a.
Quanto a taxa de desconto, dada as características da EPE, não tem, objetivamente, parâmetros para calcular uma TIR (Taxa Interna de Retorno) nem uma taxa incremental, pois não é tomadora de recursos no mercado

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

financeiro, não aplica caixa porque opera com dotação orçamentária do Governo Federal e não possui qualquer financiamento que não seja este aluguel de imóvel. Face a isto, a companhia buscou as seguintes opções:

a) Taxa do contrato (IPCA);
b) Previsão de inflação divulgada pelo Banco Central.

A Administração, dada a volatilidade, entende que o IPCA não é o mais recomendável.
Quanto a base "inflação", o BACEN divulgou a meta para 2024 a 2026, no patamar de 3,00%, mas com 1,5% como intervalo, significando ficar nesses anos entre 1,5 e 4,5%. A administração entende que adotar a previsão oficial da inflação não traz distorções consideráveis porque o IPCA não vem se comportando muito diferente desses patamares. Calculamos com 5%, o que não causa distorção material.
Foram considerados o prazo de arrendamento conforme vigência dos contratos de arrendamento (10 anos) e a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada imóvel.
Como se trata de locação de imóvel, sem intenção de compra, o ativo arrendado e depreciado, pelo método linear, de acordo com prazo do contrato.

A) MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO

Descrição	31.12.2023 Líquido	Amortização do Trimestre	31.03.2024 Líquido	31.12.2023 Líquido
Direito de uso de bens	17.709	(681)	17.028	17.709
Total	**17.709**	**(681)**	**17.028**	**17.709**

O cálculo da amortização levou em conta o valor do reconhecimento inicial do ativo dividido pelo prazo remanescente do contrato em 1º de janeiro de 2022.

B) MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO

	31/03/2024	31/12/2023
Arrendamento de curto prazo	2.575	2.544
Arrendamento de longo prazo	15.788	16.443
	18.363	**18.987**

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**21.361**
Pagamentos do arrendamento	(829)
Juros reconhecidos no resultado	259
Saldo em 31 de março de 2023	**20.791**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**18.987**
Pagamentos do arrendamento	(854)
Juros reconhecidos no resultado	230
Saldo em 31 de março de 2024	**18.363**

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os itens classificados como intangíveis no âmbito da EPE se referem às aquisições de licenças de softwares, de acordo com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em cinco anos.

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Descrição	Taxa anual Amortização	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	31.03.2024 Líquido	31.12.2023 Líquido
Software	20%	12.791	(10.441)	2.350	2.676
Total		**12.791**	**(10.441)**	**2.350**	**2.676**

A seguir posição do intangível com a movimentação do período:

Descrição	31.12.2023 Líquido	Adições	Baixas	Amortização	Baixa de Amortização	31.03.2024 Líquido
Software	2.676	-	-	(326)	-	2.350
Total	**2.676**	**-**	**-**	**(326)**	**-**	**2.350**

13. FORNECEDORES NACIONAIS

Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

Seu montante de R$ 3.047 tem como principais fornecedores a serem pagos em abril de 2024:

Fornecedores	31/03/2024	31/12/2023
Brasoftware Informática Ltda.	1.833	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários	352	-
Futura Agência de viagens e Turismo Ltda.	-	254
Austral Seguradora S.A.	-	195
Datagro Markets Dados e análises	165	-
Sodexo Pass do Brasil serviços e comércios S.A.	-	125
Time Multisserviços Ltda.	120	15
MGS Clean Soluções e Serviços	90	11
Viena Empreendimentos Ltda.	84	84
Universidade Patativa do Assaré	83	90
Light serviços de eletricidade S.A.	60	-
Informa Markets Ltda.	57	-
Gartner do Brasil Serviços de Pesquisa	55	-
IOS Informática, Organização e Sistemas Ltda.	33	-
Ideias Turismo Eireli	-	32
Microsoft Informática Ltda.	31	-
T & S locação de Mão de Obra em Geral – Ltda.	-	29
Gestão Quantum Centro de Processamento Contabil	18	-
RJ locação de Veículos e Serviços	16	-
4E For Economics Consultoria Ltda.	12	-
Outros	38	48
	3.047	**883**

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	31/03/2024	31/12/2023
IRPJ a recolher	27	-
CSLL a recolher	11	-
PIS e COFINS	2	3
IRRF s/ salários	2.431	2.845
INSS retido	16	33
Retenção IN 1234 – IR/CS/PIS/COFINS	176	-

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Total	**2.663**	**2.881**

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os pagamentos das obrigações sociais e trabalhistas, tais como férias, 13º salário e os respectivos encargos incidentes (INSS e FGTS), são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência:

Descrição	31/03/2024	31/12/2023
Salários a pagar	4.034	3.842
Provisões de 13° salário e encargos	1.709	-
Provisões de férias e encargos	9.277	9.439
Rescisão a pagar	56	-
INSS a recolher	1.431	1.392
FGTS a pagar	464	629
Total	**16.971**	**15.302**

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A EPE é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e consultores tributários externos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável.

As ações judiciais existentes na EPE estão assim apresentadas:

A) AÇÕES COM RISCO DE PERDA PROVÁVEL

O valor provisionado leva em consideração o valor da condenação indicado na decisão contrária a EPE e não necessariamente o valor da causa.

A decisão de provisionar considera a fase processual das ações judiciais e da própria natureza das demandas (tributária, trabalhista ou cível). Em regra, solicita-se o provisionamento considerando a expectativa da execução do valor devido pela EPE.

Até março de 2024 o valor total de provisão de contingência com risco provável de perda é de R$ 11.053, conforme abaixo:

Descrição	31/12/2023	Atualizações	Adições	Reversões e Baixas	31/03/2024
Trabalhistas	4.036	81	-	(213)	3.904
Tributárias	6.978	169	-	-	7.147
Cível	2	-	-	-	2
Total	**11.016**	**250**	**-**	**(213)**	**11.053**

Trabalhistas

A EPE é ré em reclamações trabalhistas individuais, principalmente relacionadas a diferenças salariais, reintegração com pagamento de salários e danos morais e reversão de justa causa. Constituiu provisão baseada em informações históricas, modelos estatísticos e prognósticos de perda. O valor foi atualizado até 31/03/2024, conforme cálculos da PLM consultoria e já engloba os honorários de sucumbência. Esse valor é progressivo mês a mês em face do deferimento do pleito de incorporação de gratificação de função.

Tributárias

As contingências tributárias referem-se aos processos de ação anulatória de débitos fiscais e autos de infração, relacionados abaixo:

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Processo nº: 04/354158/2008
Objeto: Lançamento de ISS sobre a contrapartida devida pela EPE em convênios realizados com o Ministério de Minas e Energia com o débito suspenso até o trânsito em julgado. Valor estimado: R$ 2.566.

Processo nº: 18936-44.2010.4.01.3400
Objeto: Anular os lançamentos realizados pela RFB decorrentes dos Autos de Infração n. 372001114, 372001122, 372001130, 372001149, 372001157 372001165, 372001173 e 370923740. Discussões acerca: (i) da incidência de contribuições à seguridade social (parte patronal) sobre honorários pagos a Conselheiros (CA e CF) e Diretores; (ii) da incidência de contribuição social sobre auxílio moradia pago a empregados cedidos; (iii) da incidência contribuição à seguridade social sobre honorários de membro do CF vinculado a regime próprio; (iv) das incidências de contribuições ao Sistema "S"; (v) da existência de imunidade recíproca. Valor estimado: R$ 4.575.

Processos Cíveis
Refere-se ao processo originado do auto de infração pelo não registro da EPE no CREA/RJ.

B) AÇÕES COM RISCO DE PERDA POSSÍVEL

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foram constituídas provisões para demandas judiciais e administrativas que tiverem parecer da Consultoria Jurídica da EPE com avaliação de perda como possíveis.

A seguir as ações consideradas como perdas possíveis até a data do fechamento do período:

Descrição	31/12/2023	Atualizações	Adições	Reversões e Baixas	31/03/2024
Trabalhistas	360	-	4	(320)	44
Ambiental	1	-	-	-	1
Cíveis	3.798	42	-	-	3.840
Tributárias[1]	8.646	82	-	(450)	8.278
Total	**12.805**	**124**	**4**	**(770)**	**12.163**

[1] Em março de 2024, ocorreu a baixa do processo de nº 10166.911.963/2018-39 devido a compensação automática da Receita Federal Brasileira com as PER/DCOMP 36383.25454.300323.1.2.02-9801 e 04724.50863.300323.1.2.03-6305.

17. PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR

As obrigações financeiras da EPE com a ELETROS registradas no passivo circulante estão sendo cumpridas integralmente, são vencíveis até o 5º dia útil do mês subsequente aos descontos e/ou aportes diretos dos Participantes, paritariamente com a contribuição da Patrocinadora e apresentam os seguintes saldos:

Descrição	31/03/2024	31/12/2023
A – Contribuições da Patrocinadora	374	347
B – Contribuições dos Empregados	375	351
Total	**749**	**698**

18. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPE totalmente integralizado pela União correspondente a R$ 31.019 em 31 de março de 2024. A última deliberação de aumento de capital ocorreu em 17 de abril de 2023.

19. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC

Em atendimento ao exposto na Ata da 4ª Assembleia Geral Ordinária da Empresa de Pesquisa Energética – EPE realizada em 20 de abril de 2020, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN representante do acionista, com base no Parecer SEI Nº 6/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Nota Técnica SEI nº 42/2019/CGGOV/DEGOV/SEST/SEDD-ME da Secretaria de

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Controle e Governança das Empresas Estatais – SEST, os recursos orçamentários recebidos em 2024 para fins de investimentos estão registrados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, de acordo com a Macro função SIAFI 021122 (Item 2 da Ata da 4ª AGO).

O total de recursos recebidos para AFAC até março de 2024 foi de R$ 1.122, conforme a seguir:

Fonte	PF Solicitação	Data	PF Recebimento	Entrada do Recurso	Recurso Recebido
0100000000	2023PF000017	30/03/2023	2023PF000017	30/03/2023	16
0100000000	2023PF000023	25/04/2023	2023PF000282	26/04/2023	13
0100000000	2023PF000033	02/08/2023	2023PF000519	03/08/2023	203
0100000000	2023PF000036	11/09/2023	2023PF000585	13/09/2023	14
0100000000	2023PF000039	06/10/2023	2023PF000666	16/10/2023	18
0100000000	2023PF000043	13/11/2023	2023PF000756	14/11/2023	127
0100000000	2023PF000043	06/12/2023	2023PF000830	08/12/2023	48
0100000000	2024PF000017	08/03/2024	2024PF000293	25/03/2024	683
TOTAL RECEBIDO					**1.122**

Entende-se que para as empresas com capital 100% público, os AFAC transferidos a partir de 1º de janeiro de 2017 podem ser classificados como instrumentos patrimoniais, desde que os repasses sejam capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente (art. 2º, § único, Decreto nº 2.673/1998), conforme Macro função SIAFI 021122 - item 2.3.8.

20. PREJUÍZOS ACUMULADOS

Até o 1º trimestre de 2024, foi apurado um lucro contábil de R$ 6.519, resultando em um prejuízo acumulado de R$ 2.976, conforme quadro abaixo:

(-) Prejuízos acumulados saldo em 31 de dezembro de 2023	**(9.495)**
Lucro do período	6.519
(-) Prejuízos acumulados saldo em 31 de março de 2024	**(2.976)**

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Em atendimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, o quadro abaixo demonstra as remunerações dos administradores e empregados, bem como os salários médios, no exercício de 2024, de acordo com o plano de Cargos e Salários da EPE, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	R$ 35	R$ 12 (*)	R$ 22
Empregados - Nível Médio	R$ 32 (**)	R$ 5	R$ 8
Empregados - Nível Superior	R$ 32 (***)	R$ 13 (****)	R$ 18

(*) Honorários pagos à Dirigente cedido.
(**) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Função Gratificada.
(***) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Cargo em Comissão.
(****) Remuneração referente à empregada com redução de carga horária aprovada pela Diretoria Executiva.

Ainda conforme determinação da CGPAR Nº 30 de 04 de agosto de 2022 os quadros abaixo apresentam os valores médios mensais das remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, bem como os gastos com benefícios a empregados até 31/03/2024:

Descrição	R$ mil
Remuneração média mensal dos Conselheiros de administração	4

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Remuneração média mensal dos Conselheiros Fiscais	4
Quantidade de empregados contratados	335
Gasto médio com previdência privada	420
Gasto médio com benefícios a empregados	708

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	31/03/2024	31/03/2023 reapresentado
Custos e despesas por função		
Custos dos serviços prestados	(23.430)	(21.074)
Despesas operacionais	(13.192)	(10.108)
	(36.622)	**(31.182)**
Custos e despesas por natureza		
Pessoal (i)	(29.352)	(22.227)
Materiais	(5)	(12)
Serviços de Terceiros (ii)	(2.507)	(4.843)
Gerais de Funcionamento das instalações (iii)	(2.345)	(2.330)
Gerais da Administração (iv)	(1.400)	(1.455)
Impostos, Taxas e Contribuições	(1.013)	(315)
Total	**(36.622)**	**(31.182)**

(i) Incluem as remunerações, representadas por salários (R$15.901), provisões de férias (R$1.943), abono pecuniário de férias (R$288), 13º salário (R$1.583), encargos sociais – INSS e FGTS (R$5.752), licença maternidade e paternidade – Prorrogação (R$23), Incorporação Função Gratificada (R$27), benefícios - previdência privada, auxílio alimentação, transporte, moradia, creche, assistência médica e vale cultura (R$3.384), estagiários (R$256), despesa com jovem aprendiz (R$15) e requisição de pessoal (R$180) de todos os empregados da EPE, apropriadas até o mês de março/2024.

(ii) Os valores apropriados até março/2024, referem-se, aos serviços de consultorias (R$203), serviços de apoio técnico profissional (R$715), treinamentos (R$142), Serviços prestados por pessoas físicas (R$4), manutenção de equipamentos de informática (R$117), serviço fiscal/tributário (R$72), cessão temporária e manutenção de softwares (R$1.219) e locação de Veículos (R$ 35).

(iii) Os custos e despesas contabilizados nestas contas incluem os valores apropriados até março/2024, relativos à energia elétrica (R$255), telecomunicações (R$8), correios e malotes (R$1), depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível (R$751), Aluguéis de equipamentos (R$10), serviços de limpeza e higiene (R$182), serviços gerais (R$115), condomínio (R$331), manutenção e reparos (R$11) e Amortização do Direito de Uso (R$681).

(iv) Referem-se à honorários da diretoria (R$324), honorários dos conselhos (R$88), viagens de empregados a serviço da empresa (R$121), assinaturas de bancos de dados e portais eletrônicos (R$783), despesas legais e judiciais (R$1), honorários comitê auditoria (R$34) e seguro de responsabilidade civil (R$49) apropriadas no período de janeiro/24 a março/2024.

23. SUBSÍDIOS DO TESOURO NACIONAL

O saldo da conta representa os valores liberados pelo Tesouro Nacional, a título de subsídios públicos, com o objetivo de prover recursos para a cobertura dos custos, despesas e investimentos da EPE, na condição de empresa pública dependente e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Descrição	31/03/2024	31/03/2023
A – Recursos recebidos do Tesouro Nacional	38.281	33.910
Total	**38.281**	**33.910**

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

24. REEMBOLSO DE CUSTOS E DESPESAS – LEILÕES ANEEL

O saldo da conta refere-se aos ressarcimentos dos valores feitos pela ANEEL referentes aos estudos constantes na documentação técnica dos empreendimentos que compõem os lotes do leilão de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão ANEEL 02-2023 - Processo 48500.000529/2023-13.

Descrição	31/03/2024	31/03/2023
Reembolso de custos e despesas – Leilões ANEEL	6.851	1.924
Total	**6.851**	**1.924**

Detalhamento dos recebimentos dos lotes:

Leilão ANEEL 02-2023 Processo 48500.000529/2023-13						
Lotes	**Mês inicial correção monetária**	**Valor Original**	**Mês final correção monetária**	**Valor final com correção monetária**	**Data de recebimento**	**Correção monetária**
1	abr/23	6.488	jan/24	6.677	28/02/2024	189
2	abr/23	266	jan/24	273	29/02/2024	7
3	abr/23	97	dez/23	99	31/01/2024	2
		6.851		**7.049**		**198**

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/03/2024	31/03/2023 reapresentado
Rendas de Variações Monetárias[1]	354	181
Total	**354**	**181**
Despesas Financeiras		
Variações Monetárias[1]	(307)	(1.522)
Encargos do arrendamento	(230)	(259)
Juros pagos ou incorridos	(32)	-
Total	**(569)**	**(1.781)**
Resultado Financeiro Líquido	**(215)**	**(1.600)**

[1] Despesas com atualização monetária sobre provisões para contingência (R$ 250) e reversão de Selic (R$ 57).

26. APURAÇÃO IRPJ E CSLL

a) Em 2024 a empresa está enquadrada no regime tributário Lucro Real com Antecipação Mensal por Estimativas conforme apuração abaixo:

	31/03/2024		31/03/2023 reapresentado	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	8.508	8.508	3.052	3.052
Adições	1.187	1.187	2.500	2.500

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Exclusões	(1.067)	(1.067)	(829)	(829)
Base de cálculo antes das compensações negativas	**8.628**	**8.628**	**4.723**	**4.723**
Alíquota utilizada para cálculo	**15% e 10%**	**9%**	**15% e 10%**	**9%**
Total dos incentivos fiscais	(59)	-	(55)	-
DESPESA IRPJ/CSLL	**1.445**	**544**	**765**	**298**
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	(1.418)	(533)	(653)	(250)
IRPJ / CSLL a recolher	**27**	**11**	**112**	**48**

b) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e contribuição social.

	31/03/2024	31/03/2023 reapresentado
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	**8.508**	**3.052**
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	**(2.893)**	**(1.038)**
Reconciliação para a taxa efetiva		
Adições:		
Licença paternidade e maternidade prorrogada	(8)	(12)
Provisão de processos/Variações monetárias	(85)	(518)
Outras adições	(1)	(1)
Aprop. Juros arrendamento mercantil	(78)	(88)
Amortização arrendamento mercantil	(232)	(232)
Exclusões:		
Reversão de provisão de processos trabalhistas	1	-
Amortização de arrendamento mercantil	290	282
Reversão de variações monetárias	71	-
Lucro real antes compensação de prejuízos fiscais		
Compensação base negativa e prejuízo fiscal	881	483
Lucro real após compensação de prejuízos fiscais		
Diferença do adicional de 10%	6	6
Incentivos fiscais	59	55
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(1.989)**	**(1.063)**
Alíquota efetiva	**23,38%**	**34,85%**

27. PARTES RELACIONADAS

De acordo com o item 9 do CPC 05, Parte Relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis. A Política de Transação com Partes Relacionadas da EPE (Política e Diretriz nº PDG-COA-012) arrola, em seu item nº 2 (definições), as pessoas físicas e/ou jurídicas que, além da União, devem ser reputadas partes relacionadas à EPE. A referida política também define a transação com parte relacionada como sendo qualquer ajuste de obrigações, por qualquer instrumento ou fundamento, entre a EPE e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado uma contrapartida financeira. Levando-se em consideração este conceito, em cumprimento à obrigação trazida pelo item nº 6.3 da já mencionada política, é possível afirmar que, no 1º Trimestre de 2024, os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, todas celebradas pela EPE, (i) em conformidade com a Política de Transação com Partes Relacionadas da EPE; (ii) com pessoas jurídicas de direito público e privado; (iii) sem

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

cobrança de contrapartida financeira; e (iv) destinados ao desempenho de suas competências, conforme autoriza o § 2º do art. 5º do Estatuto da EPE:

A EPE é uma empresa pública 100% Federal e dependente do orçamento da União, possui transações decorrentes dos repasses recebidos através do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal e efetuada pagamentos de servidores/empregados públicos requisitados, pela EPE, para compor o quadro e de diretores, conselheiros e membros de comitê de auditoria. As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Remuneração do pessoal-chave da administração

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da Diretoria Executiva e os membros do Conselho de Administração e Fiscal.
O montante registrado (conforme quadro abaixo) é relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração, abrangendo salário, gratificações e benefícios de curto prazo.

	31/03/2024	31/03/2023
Diretores	325	277
Conselheiros de Administração e Fiscal	88	83

A EPE possui em seus quadros funcionários cedidos/requisitados/movimentados de/para, outros órgãos da administração pública, de acordo com o decreto 10.835/2021. A EPE não efetua e não recebe ressarcimento de servidores/empregados que os órgãos de origem façam parte do Orçamento Fiscal da União. O quadro abaixo apresenta a quantidade de servidores/empregados cedidos/requisitados:

Quadro 2 – Servidores/empregados cedidos de outros órgãos para EPE

CARGO NA EPE	CONDIÇÃO	ORGÃO	RESSARCIMENTO
Auditor Interno	Requisitado	CGU	Não
Assessor de Diretor	Requisitado	STJ	Sim
Chefe de Gabinete	Requisitado	MGI	Não
Assessor de Presidente	Requisitado	BB	Sim
Consultor Técnico III	Requisitado	IFRO	Não

Quadro 3 – Servidores/empregados cedidos da EPE para outros órgãos

CARGO NA EPE	CONDIÇÃO	ORGÃO	RESSARCIMENTO
Analista de Pesquisa	Requisitado	MME	Não
Analista de Pesquisa	Requisitado	MME	Não
Analista de Pesquisa	Requisitado	PR	Não
Analista de Pesquisa	Requisitado	GSP	Sim
Analista de Pesquisa	Requisitado	Eletronuclear	Sim
Analista de Pesquisa	Requisitado	CETESB	Sim
Analista de Gestão	Movimentado	ANP	Não
Analista de Gestão	Movimentado	MPOG	Não

De acordo com capítulo 3, artigo 17 de seu Estatuto Social possui os seguintes órgãos estatutários remunerados em sua estrutura: Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. O Quadro abaixo apresenta a composição dos cargos estatutários ocupados por servidores/funcionários da administração pública:

Quadro 4 – Diretores/Conselheiros da Administração Pública

CARGO NA EPE	ORGÃO
Diretor Presidente e Conselheiro de Administração	Agência Nacional de Energia Elétrica
Diretor de Estudos de Petróleo, Gás, e Biocombustíveis – DPG	Agência Nacional do Petróleo
Diretor de Estudos de Energia Elétrica	Agência Nacional de Energia Elétrica
Conselheiro de Administração (um)	EPE
Conselheiro de Administração (dois)	Ministério de Minas e Energia
Conselheiro de Administração (um)	Ministério da Fazenda

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Conselheiro de Administração (um)	Ministério da Gestão e Inovação
Conselheiro Fiscal (dois titulares e dois suplentes)	Ministério de Minas e Energia
Conselheiro Fiscal (um titular e um suplente)	Ministério da Fazenda

Informações adicionais:

- Diretores cedidos à EPE: ANEEL e ANP. Nenhum dos dois órgãos recebe ressarcimento. Não há pagamento de INSS nem FGTS.
- Para os conselheiros que possuem cargo estatutário não há recolhimento de INSS, para os demais há recolhimento de INSS.

Partes Relacionadas com Pessoa Jurídica

Acordos de cooperação técnica

Convenente	Tipo de Relação	Objeto	Vigência
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Acordo de Cooperação Técnica	Ações de cooperação por meio de compartilhamento de bases de dados e informações institucionais.	01/03/2024 a 01/03/2029
Pré-sal Petróleo S.A (PPSA)	Acordo de Cooperação Técnica	Promoção do desenvolvimento de atividades econômicas integrantes da Indústria do Petróleo, do Gás Natural, dos Biocombustíveis e da Energia.	27/02/2024 a 26/02/2029
Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS	Acordo de Cooperação Técnica	Cooperação Técnico-Operacional que entre si celebram a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, para fins de intercâmbio de dados e informações e elaboração de estudos conjuntos, resguardadas as competências das instituições. Fundamento: art. 5º, § 2º, inciso I do Estatuto Social da EPE	31/08/2023 a 30/08/2028
Agência Nacional de Petróleo – ANP	Acordo de Cooperação Técnico-Operacional	Intercâmbio de informações e elaboração de estudos (DPG/GAB)	11/01/2023 a 10/01/2028
Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-BRASIL)	Protocolo de intenções	Definição das linhas gerais de colaboração entre as PARTES no desenvolvimento de iniciativas favoráveis a atração de investimentos para adensamento das cadeias produtivas e para projetos de infraestrutura dos setores prioritários.	09/11/2022 a 09/11/2026
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES	Acordo de Cooperação Técnica	Realização de uma avaliação dos efeitos locais da construção de usinas hidrelétricas.	27/07/2022 a 27/01/2025
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	Acordo de Cooperação Técnico-Operacional	Constitui objeto do acordo o estabelecimento de regras entre as partes para fins de: (a) intercâmbio dos dados e informações estritamente necessários ao desenvolvimento das atividades das PARTES; e (b) elaboração de estudos conjuntos, resguardadas as competências das instituições.	28/07/2020 a 28/07/2025

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Acordo de Cooperação Técnica	Instituir a cooperação dos partícipes com vistas ao fortalecimento e aprimoramento das estatísticas econômicas oficiais, visando à compatibilização conceitual das mesmas e à racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados objetivando a elaboração das Contas Econômicas Ambientais de Energia do Brasil.	11/06/2021 a 11/06/2026
Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil	Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de cooperação técnica que tem por objeto estabelecer as diretrizes sob as quais os partícipes, em comum acordo, se propõem a realizar o intercâmbio de conhecimento e elaboração de estudos energéticos sobre o potencial energético e estimativas de viabilidade técnica e econômica no mercado de energia.	03/09/2021 a 03/09/2025

28. CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO SOCIETÁRIO E O BALANÇO SIAFI

Em cumprimento ao Acórdão n° 2016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União em 6 de novembro de 2006, apresentamos a seguir as conciliações dos saldos das contas dos Balanços Patrimoniais registrados de acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações com os saldos registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em conformidade com Lei nº 4.320/64, o DL nº 200/67, e a Lei Complementar nº 101/2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal e suas atualizações.

Descrição	**Lei 4.320/64**	**Lei 6.404/76**	**Diferença**
Ativo Circulante	50.942	51.030	(88)
Ativo Não Circulante	31.008	31.008	-
Total do Ativo	**81.950**	**82.038**	**(88)**
Passivo Circulante	23.235	26.032	(2.797)
Passivo Não Circulante	26.840	26.841	(1)
Patrimônio Líquido	31.875	29.165	2.710
Total do Passivo e Patrimônio líquido	**81.950**	**82.038**	**(88)**

A conciliação apresentou uma diferença no total de (R$ 88). Não foi possível o ajuste no SIAFI em razão do prazo de fechamento do sistema ser exíguo para a conciliação entre os encerramentos da contabilidade privada e pública.

As justificativas por grupamento do Balanço Patrimonial estão descritas abaixo:

a) O ativo circulante apresentou uma diferença de R$ (88) conforme demonstrado na tabela abaixo. Outros créditos referem-se ao registro de valores a receber pela cessão de funcionários a outros órgãos.

Descrição	**Lei 4.320/64**	**Lei 6.404/76**	**Diferença**
Outros créditos	3	91	(88)
Total	**3**	**91**	**(88)**

b) O ativo não circulante não apresentou diferenças no período.

c) O passivo circulante apresentou uma diferença de (R$ 2.797), impactada pelos fornecedores, obrigações fiscais, obrigações trabalhistas e demais obrigações em função da diferença de critérios. A regularização dos ajustes na Lei 4.320/64 se dará no próximo mês.

Descrição	**Lei 4.320/64**	**Lei 6.404/76**	**Diferença**

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Fornecedores	2.272	3.047	(775)
Obrigações Fiscais/Retenções tributárias	2.061	5.238	(3.177)
Obrigações Trabalhistas e Sociais/Cessão de pessoal/Previdência privada complementar	15.905	17.747	(1.842)
Demais Obrigações de CP	2.997	-	2.997
Total	**23.235**	**26.032**	**(2.797)**

d) O passivo não circulante não apresentou diferença.

e) As diferenças no patrimônio líquido estão diretamente relacionadas as informações prestadas nos itens (a) e (c) e deverão ter suas regularizações providenciadas no próximo mês.

29. SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

A cobertura de seguros, em valores de 31 de março de 2024, é assim demonstrada:

Modalidade	Montante cobertura	Vigência
Responsabilidade civil	R$ 195	31/12/2024

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Foi deliberado em assembleia geral extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024, o aumento do capital social mediante a incorporação de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no montante de R$ 439. Com a deliberação, o capital social da companhia passou a ser de R$ 31.457.537,08 (trinta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e trinta e sete reais e oito centavos), totalmente subscrito e integralizado pela União.

****

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

THIAGO GUILHERME FERREIRA PRADO
Presidente

ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO
Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais - interina

ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO
Diretora de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - interina

REINALDO DA CRUZ GARCIA
Diretor de Estudos de Energia Elétrica

ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO
Diretora de Gestão Corporativa

SANDRO DA SILVA ABILIO
Contador – CRC-RJ 093927/0

Clicksign cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

1Q.2024 - Demonstrações Intermediárias - EPE.pdf

Documento número #cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa

Hash do documento original (SHA256): 3d556f686d70864e48a2881e79e82dbea655f98320d719f519e0926dee3a017f

Assinaturas

Thiago Guilherme Ferreira Prado
CPF: 857.938.841-49
Assinou em 13 mai 2024 às 10:13:06

Angela Regina Livino de Carvalho
CPF: 029.716.487-29
Assinou em 13 mai 2024 às 09:57:14

Reinaldo da Cruz Garcia
CPF: 121.944.628-99
Assinou em 16 mai 2024 às 09:56:06

Sandro da Silva Abilio
CPF: 047.501.187-29
Assinou em 14 mai 2024 às 09:57:37

Log

13 mai 2024, 09:55:58	Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 criou este documento número cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa. Data limite para assinatura do documento: 17 de maio de 2024 (12:00). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
13 mai 2024, 09:55:59	Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: prado.thiago@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Thiago Guilherme Ferreira Prado.
13 mai 2024, 09:55:59	Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: angela.livino@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Angela Regina Livino de Carvalho.

13 mai 2024, 09:55:59	Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: reinaldo.garcia@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Reinaldo da Cruz Garcia.
13 mai 2024, 09:55:59	Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: sandro.abilio@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Sandro da Silva Abilio.
13 mai 2024, 09:57:14	Angela Regina Livino de Carvalho assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail angela.livino@epe.gov.br. CPF informado: 029.716.487-29. IP: 189.122.133.36. Componente de assinatura versão 1.854.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
13 mai 2024, 10:13:06	Thiago Guilherme Ferreira Prado assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail prado.thiago@epe.gov.br. CPF informado: 857.938.841-49. IP: 189.6.9.81. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -15.82573632161909 e longitude -47.922421339451354. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.854.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
14 mai 2024, 09:57:37	Sandro da Silva Abilio assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail sandro.abilio@epe.gov.br. CPF informado: 047.501.187-29. IP: 177.47.116.40. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.9047 e longitude -43.1799. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.855.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
16 mai 2024, 09:56:06	Reinaldo da Cruz Garcia assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail reinaldo.garcia@epe.gov.br. CPF informado: 121.944.628-99. IP: 177.51.63.247. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -15.795988921356946 e longitude -47.86792051812843. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.858.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
16 mai 2024, 09:56:06	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa.

ICP Brasil

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://validador.clicksign.com e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº cf89e4ad-7b2b-4126-992b-96f95f0cd1aa, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.